

Governo diverge sobre déficit

As estimativas oficiais apontam para um déficit público de 4,7 por cento do PIB este ano, da ordem de Cz\$ 163,3 bilhões, segundo a metodologia das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) e de 2,5 por cento do PIB, correspondentes a Cz\$ 90 bilhões, pelo conceito operacional. Em ambos os casos, a previsão para o PIB do corrente ano é de Cz\$ 3,5 trilhões.

Os Cz\$ 73,3 bilhões que separam o conceito NFSP do operacional correspondem, segundo os técnicos que elaboraram as metodologias, ao "floating" de cerca de Cz\$ 50 bilhões, ou seja, despesas comprometidas no exercício mas que tiveram seu pagamento protelado para o exercício seguinte e uma parcela correspondente aos encargos cambiais, da ordem de Cz\$ 23,3 bilhões. Na metodologia que mede o déficit pelo conceito operacional, esses dois valores foram excluídos.

METODOLOGIAS

A metodologia do cálculo do déficit público pelas NFSP, que é a oficialmente adotada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) indica o fluxo líquido, excluindo as amortizações, de novos financiamentos obtidos ao longo de um ano pelo setor público não-financeiro nas suas várias esferas: governo central, Estados e Municípios, empresas estatais e previdência social.

Segundo essa metodologia, o déficit do governo central, expresso no orçamento geral da União, será, este ano, de Cz\$ 151,1 bilhões, e o dos Estados e Municípios de Cz\$ 12,2 bilhões. As estatais terão um déficit não mensurado em relação ao PIB, de

apenas Cz\$ 934,0 milhões, o mesmo ocorrendo com o sistema previdenciário, cujo déficit previsto para este ano é de Cz\$ 593,0 milhões.

O conceito operacional de necessidades de financiamento, que o Banco Central vem calculando desde 1983, embora vise o mesmo propósito da metodologia das NFSP, procurando mensurar o impacto do setor público, o faz a partir do próprio setor financeiro. Ou seja, essa metodologia parte do aumento do endividamento de cada unidade orçamentária junto a cada órgão, ou instrumento financiador: autoridades monetárias, bancos comerciais, demais instituições financeiras, empreiteiros e fornecedores, dívida mobiliária junto ao público e financiamento externo.

Além do mais, de acordo com a metodologia do conceito operacional, a demanda de recursos pelo setor público é medida em termos de fluxo de caixa, enquanto as do NFSP o faz em termos de competência. Isso significa que, quanto mais aumenta o "float", menor é o fluxo de caixa no sentido da despesa, reduzindo-se, na mesma proporção, o déficit público.

Ao contrário do que ocorre com a metodologia das NFSP, a do conceito operacional omite os encargos cambiais das obrigações externas do Tesouro administrados pelo Banco Central, o que também contribui para reduzir o déficit público por esse conceito. Ele chegou a 3 por cento do PIB em 1983, caiu para 1,6 por cento em 1984, subiu novamente para 3,3 por cento em 1985 e este ano está projetado para 2,5 por cento do PIB.

Há, ainda, uma terceira forma de calcular o dé-

féficit público, recentemente introduzida pelo Ministério do Planejamento, que é a metodologia do Déficit Corrente do Governo (DCG) de cálculo extremamente fácil: toma-se o déficit público calculado pela metodologia das NFSP, dele subtraindo o investimento público.

Segundo o ministro do Planejamento, tem sentido essa prática porque investimento não pode ser contabilizado como um déficit, uma vez que é uma aplicação rentável, que tem um retorno assegurado, e se for feita com competência, gera um volume de recursos maior do que o que foi utilizado. É preciso, portanto, diz o ministro, fazer uma distinção entre despesas de investimento e despesas correntes ou de consumo.

Na projeção da metodologia do DCG, o déficit público este ano será de Cz\$ 21,0 bilhões, correspondentes a 0,6 por cento do PIB, e foi assim calculado pela Seplan:

DISCRIMINAÇÃO

1986

Necessidades de financiamento do setor público (Cz\$ bilhões)	164
Investimento Público (em Cz\$ bilhões)	143
Déficit corrente do Governo (em Cz\$ bilhões)	21
Déficit corrente do Governo (em % do PIB)	0,6

Segundo Sayad, um DCG nessa dimensão não representa qualquer risco de pressão inflacionária, mesmo para uma economia que pretende obter razoáveis taxas de crescimento de forma sustentada. Ele assegura que a dívida pública poderá inclusive crescer na faixa de 2 a 3 por cento do PIB, sem que haja pressões sobre o sistema de preços.